

energias. Iniciada a discussão o Presidente anunciou a votação em 2ª hora da reunião sobre o Projeto que foi rejeitado por 3 votos contra e dois a favor, e aprovado o projeto por unanimidade. Em seguida foram de palavra o vereador Orlando Paulino da Silva para explicar os razões porque deu o seu voto contra o emenda. Depois tomado esta atitude depois de ouvir do secretário da Prefeitura explicações, e depois referir as considerações com o C.H.E.T. que se não participaram o Projeto do Executivo. Que o Projeto em questão não está elaborado de acordo com o que prescrevem o código de Águas e Eneúrgias e com assistência técnica do engenheiro Manoel Ramos. Falou o vereador José Nunes Machado para se opor aos seus pares no sentido de não alguma exploração que se fique recessionista sobre o assunto resultando pelo vereador Orlando Paulino que levou a referidos vereador o voto contra a emenda. E não mais havendo a tratar o Presidente encerra a sessão e a presente reunião extraordinária.

Procedido em 3-1-1954
Sala das sessões da Câmara Municipal
de Heliópolis
Edson de Sá Cavalcanti Presidente
Manoel do Nascimento Almeida 2º Secretário

Ata da 1ª sessão da 1ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Heliópolis, realizada pelos 8 vereadores do dia vinte e seis de Janeiro de mil novecentos e cinquenta e sete. Presentes os vereadores Edson de Sá Cavalcanti, Genário Rodrigues de Almeida, Manoel do Nascimento Almeida, José Batista Figueira, José Nunes

Chado, Orlando Paulino da Silva e o Sr. Presidente verificando número legal de vereadores declarou aberta a sessão. Foi expedido então seguinte: Ofício do Sr. Prefeito Municipal, acompanhado de um memorando dos vereadores municipais, encaminhado ao chefe do Executivo solicitando aumento de remuneração, projeto de lei que eleva o percentual do Imposto de Transmissão e Propriedade - parte variável - que viria fazer face ao aumento recebido pelo funcionalismo, projeto de lei que cria, altera, prorroga novas tarifas de energia elétrica, totalmente votado para ser apreciado pelo Legislativo. O Presidente encaminha a esse nobre um ofício que se tornara necessário ser enviado a AEG Cia. Sul Americana de Eletricidade, mandando proceder a leitura do mesmo, após isso vai abaixo da seguinte a requisição verbal do vereador José Batista Figueira "Faltam 25 de Janeiro de 1954. Pregados nobres pelo maior dos vereadores, comprometo-me esta Câmara Municipal a dar Todor os recursos de que precise o Chefe do Executivo para o compromisso assumido com essa firma, no que tange a eletrificação do município - rede elétrica de quanto o contrato - compromisso foi autorizado pela lei Municipal no 193 e cujo crédito foi aberto pela lei no. 192. Em face das prerrogativas de Chefe de Município, o Prefeito de Município ouça parte de meios e possibilidades financeiros para autorizar a execução de obra em apreço, em virtude do que se comprometo esta Câmara Municipal a conceder-lhe Todor os quaisquer recursos destinados a realização desta empreendimento que nem os recursos dos contribuintes deste Município. Poderá V.V.S.S. contar com o apoio do Legislativo Municipal, cuja maioria autorizar-me a fazer o presente ofício. Inc. Institucional que me obriga, apresento os pontos de vista e considerações. Edson de Sá Cavalcanti". Todos os vereadores presentes se pronunciaram a favor do referido ofício tendo usado da palavra o vereador José Batista Figueira para dizer que a

Câmara Municipal de Itaboraí, não deveria faltar com o
 na opor ao executivo n'alguns pontos pela elevação do
 Município, quando o estabelecimento já estiveram unificados
 este benefício, benefício que já atinge parte do Campo de
 Largo Grande, em demanda de Alagado e Moquiro. No
 mesmo sentido foram o vereador José Nunes Machado.
 O projeto de lei que dá o percentual do imposto de Indústria
 e Profissões - parte variável - foi distribuído à Comissão de
 Finanças. Na ordem do dia anunciou o Sr. Presidente que
 iria por em discussão e votação o voto do executivo opor-
 to ao projeto de lei que fixe os novos Tarifos de energia
 elétrica e de outras providências. Em virtuosos p'ntes foi
 voto mantido por unanimidade. E nada mais havendo
 a tratar o Presidente encerra a sessão marcando outra
 para o próximo dia dois de Fevereiro pelo oito horas,
 mandando tomar a presente Ata.

Aprovada por unanimidade. Cota dos vereadores
 da Câmara Municipal de Itaboraí, 2 de Fevereiro de
 1917.

Edson de S. Cavalcanthi.

Presidente

João Baptista Freire

rel. ad-hoc

Ata da 2ª sessão do 1º reunião extraordinária da Câmara
 Municipal de Itaboraí, realizada pelo oito horas do dia dois de
 Fevereiro de 1917, noventa e sete. Presentes os vereadores
 Edson de S. Cavalcanthi, Severino Rodrigues de Almeida, João Martins
 da Silva Filho, João Baptista Freire, José Nunes Machado, e os
 Presidentes verificando número legal de vereadores declarou aberta a
 sessão mandando proceder a leitura da ata anterior que lida e
 achada conforme foi aprovada por unanimidade. Não houve
 matéria de expediente. Na ausência dos 1º e 2º secretários o Presi-
 dente convidou o vereador João Baptista Freire para funcionar como 3º
 secretário ad-hoc. Na ordem do dia estão em pauta para delib.

culada e votado o projeto anexo do executivo que dá o percentual do im-
 posto de Indústria e Profissões - parte variável - anexo este que não se fez
 face ao aumento solicitado pelo funcionalismo Municipal. Reduz a palavra
 o vereador Severino Rodrigues de Almeida para declarar que votou con-
 tra, visto não haver o aumento o Conselho de Finanças por discutir o parecer
 falto em seguida o vereador José Nunes Machado explicando que: no sessão
 anterior os seus colegas este grande do Conselho de Finanças, perante a qual
 a sessão, houve continuação no sentido de mesa, haviam se dirigido
 proferir para elaborar o parecer ao referido projeto e se o mesmo
 do Conselho não estava presente para examiná-lo não cabia a culpa.
 Ainda sobre o assunto teve várias considerações a respeito, fa-
 zendo em seguida a leitura do mesmo. O vereador Severino Rodrigues de
 Almeida quis saber do Presidente se podia pedir voto do projeto em
 favor por quanto o voto havia, recebendo resposta negativa de uma vez
 que o mesmo já estava com o preço esgotado e consequentemente preji-
 dicado o seu parecer. Submetido o mesmo a votação foi aprovado por
 três votos a favor e um contra do vereador Severino Rodrigues de Almeida
 que solicitou ficasse contado em abeto o seu voto contra o projeto.
 Em seguida citou vereador retirou-se. A mesa recebeu do executivo
 um projeto de lei que "majora os impostos Predial, Territorial, Indus-
 trial e Profissões, Licença, de selos, e de outras providências. O vereador João
 Baptista Freire apresentou dois projetos de resolução: 1º que cria uma
 representação para os vereadores e aumento a representação do imposto,
 2º que aumente os vencimentos dos funcionários da Câmara. Os projetos de-
 quetos foram encaminhados à Comissão de Finanças. E um momento
 mais para deliberação o Presidente encerra a sessão, marcando
 para o dia quatro de Fevereiro pelo oito horas mandando tomar
 a presente Ata.

Aprovada com 7 votos a favor e 1
 contrário. Cota dos vereadores, que a
 ata, registada.

Salas das Sessões da Câmara
 de Itaboraí, em 4 de Fevereiro